

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL**

**VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Burguesia Industrial e o Desenvolvimento Subnacional no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos posicionamentos da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) em relação ao salário mínimo estadual durante o governo de Yeda Crusius (2007 – 2010).**

Marco André Cadoná

Universidade de Santa Cruz do Sul

**Resumo:**

O presente artigo toma como referência empírica as mobilizações políticas da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, visando defender interesses de classe da indústria gaúcha nas discussões em torno do salário mínimo regional durante o governo estadual de Yeda Crusius (2007 – 2010), para analisar duas questões importantes e relacionadas à atuação classista da burguesia industrial no Brasil: por um lado, a capacidade política que as entidades de representação da burguesia industrial no Brasil têm demonstrado para aglutinar o segmento enquanto força social e coletivamente organizada; por outro lado, sua participação política na definição de agendas subnacionais de desenvolvimento.

**Palavras-chave:**

Burguesia Industrial, FIERGS, ação classista, salário mínimo regional, desenvolvimento subnacional.

## 1. Introdução:

A FIERGS é contrária à instituição do Salário Mínimo Regional. Este ponto de vista é sustentado pelos aspectos estruturais da economia, que não permitem um ambiente competitivo e saudável para as empresas. O primeiro impacto direto da manutenção da prática do salário mínimo regional é a diminuição da competitividade dos empreendimentos gaúchos em relação àqueles localizados em outros Estados do Brasil (FIERGS, *Semana*, 22 de junho de 2007, n. 25, ano XII).

O registro do posicionamento das lideranças da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) em relação ao Salário Mínimo Regional, expresso através do editorial do semanário da entidade, “A Semana”, é ilustrativo de duas questões que se pretende analisar no presente artigo: a capacidade da burguesia industrial no Rio Grande do Sul de atuar como força social e coletivamente organizada e o comprometimento dessa fração da burguesia gaúcha na definição de um projeto subnacional de desenvolvimento.

Em relação à primeira questão, é importante destacar que, na bibliografia que analisa a atuação política dessa fração da burguesia no Brasil a partir da década de 1980, esse é um ponto de discordância. Para alguns pesquisadores, já a partir daquela década a burguesia industrial demonstrou grande capacidade em atuar como força social e coletivamente organizada, liderada por entidades de representação que demonstraram habilidade política para viabilizar uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (DREIFUSS, 1986; MANCUSO, OLIVEIRA, 2006; AUTOR, 2009); para outros pesquisadores, no entanto, a atuação política da burguesia industrial a partir daquela década tem se caracterizado pela “fragmentação excessiva”, o que, agravado pela inexistência de associações empresariais de maior abrangência e capazes de organizar a ação coletiva, inviabiliza uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (DINIZ & BOSCHI, 2004; DINIZ & PEREIRA, 2014).

Nesse sentido, a análise apresentada neste artigo, das mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul contra o Salário Mínimo Regional, serve de “pano de fundo” para uma reflexão acerca da capacidade que algumas “instituições tradicionais” de representação dos interesses da indústria no Brasil demonstram ter ao

se colocarem como “elite orgânica” da burguesia industrial, constituindo-se como agentes coletivos com capacidade de “visualizar objetivos globais” (e capazes de aglutinar os interesses dos diferentes setores e segmentos que compõem a estrutura industrial no País) e de “operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas” (DREIFUSS, 1986, p. 23).

Em relação à segunda questão, é importante destacar que a preocupação com a questão subnacional (o desenvolvimento do Rio Grande do Sul no contexto de desenvolvimento do capitalismo tanto em nível nacional quanto em nível global) está presente no comportamento político da burguesia industrial no Rio Grande do Sul pelo menos desde a década de 1950. A partir daquela década, aliás, numa perspectiva de “descentralização” da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, diferentes “burguesias estaduais” instrumentalizaram seus governos subnacionais visando criar condições mais favoráveis de integração de seus respectivos territórios naquela dinâmica de desenvolvimento (CAMPOLINA DINIZ, 2007; AUTOR, 2009).

No Rio Grande do Sul, durante a década de 1970, a instalação de um polo petroquímico (Polo Petroquímico de Triunfo) se colocou naquele contexto de pressão da burguesia gaúcha para uma maior participação nos investimentos do governo militar e para um posicionamento mais favorável do estado gaúcho na dinâmica do capitalismo nacional. Durante a década de 1980, a preocupação com o desenvolvimento estadual também esteve presente nas mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul; no final daquela década, inclusive, aquela preocupação levou a FIERGS à elaboração de um documento (que ficou conhecido como “Relatório Sayad”), através do qual fez um diagnóstico do setor público estadual, recomendando sua reestruturação (o documento propunha, por exemplo, a transferência da CRT para o sistema TELEBRÁS, a redução na folha de pagamento do funcionalismo público, uma reforma administrativa capaz de reduzir os gastos públicos), como forma de aumentar sua capacidade de investimento e de apoiar a iniciativa privada situada no território gaúcho (AUTOR, 2009; GROS, 1987).

É preciso notar, porém, que a partir da década de 1990 a preocupação com a questão subnacional ganhou novos significados no Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, tornou-se uma preocupação situada num novo contexto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro; a partir de então, a abertura da economia, a reestruturação

neoliberal do Estado, a política de atração de capital internacional, a relação do Estado nacional com o desenvolvimento regional no País, a guerra fiscal promovida por diferentes governos estaduais colocaram-se como acontecimentos de grande significado histórico, que ressaltaram a importância de uma intervenção mais ativa na esfera subnacional. Mas, além disso, o contexto político sul-rio-grandense, principalmente a partir de 1994, passou a ter um componente novo: a partir de então, uma polarização política entre projetos de governo defendidos por um conjunto de forças sociais e políticas (lideradas pelo Partido dos Trabalhadores – PT) que, desde a década de 1980, vinham confrontando-se diretamente com os interesses da burguesia no País e projetos de governo defendidos por forças sociais e políticas mais alinhadas aos interesses de classe da burguesia industrial e que, especialmente a partir da década de 2000, colocaram-se como uma “alternativa anti-PT” no Rio Grande do Sul, não somente dominaram as disputas políticas sul-rio-grandenses, mas, também, se revezaram no exercício do governo estadual.<sup>1</sup>

## **2. A questão subnacional no contexto da mundialização do capital:**

Um fenômeno notável e observado no contexto da execução do projeto neoliberal no Brasil (durante a década de 1990) foi o acirramento do caráter competitivo das políticas subnacionais de desenvolvimento no País. Utilizando-se de subsídios e de renúncias fiscais, os principais governos subnacionais travaram uma verdadeira “guerra fiscal” visando manter os investimentos já localizados em seus respectivos territórios, mas, principalmente, atrair os investimentos diretos que as empresas multinacionais, num quadro de mundialização do capital e de políticas

---

<sup>1</sup> Para ilustrar, é importante registrar que, no Rio Grande do Sul, em 1994 disputaram o segundo turno das eleições estaduais os candidatos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (Antônio Brito) e do Partido dos Trabalhadores – PT (Olívio Dutra), saindo vencedor o candidato do PMDB; em 1998, disputaram o segundo turno das eleições estaduais os candidatos Antônio Brito (PMDB) e Olívio Dutra (PT), saindo vencedor o candidato do PT; em 2002, disputaram o segundo turno das eleições estaduais os candidatos Tarso Genro (PT) e Germano Rigotto (PMDB), saindo vencedor o candidato do PMDB; em 2006, disputaram o segundo turno das eleições estaduais os candidatos Olívio Dutra (PT) e Yeda Crusius, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, saindo vencedora a candidata do PSDB; em 2010, o candidato do PT, Tarso Genro, ganhou as eleições ainda no primeiro turno daquelas eleições; por fim, em 2014, disputaram o segundo turnos das eleições estaduais os candidatos Tarso Genro (PT) e José Ivo Sartori (PMDB), saindo vencedor o candidato do PMDB.

nacionais de atração ao capital estrangeiro, realizaram no País. A disputa pelos investimentos da indústria automobilística, nesse sentido, foi emblemática.

Foi no setor automobilístico que, durante os anos noventa, os investimentos na indústria brasileira foram concentrados. A partir de 1994, com o lançamento do Plano Real, o governo brasileiro aprofundou a abertura da economia nacional e, ao mesmo tempo, privilegiou alguns setores da economia, entre os quais a indústria automobilística. Assim, ainda em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998; 1999 – 2002) criou o “Novo Regime Automotivo”, com o qual pretendeu atrair novas empresas, manter em funcionamento grandes empresas do setor já instaladas no País, contribuir para uma reestruturação das empresas automobilísticas e reforçar a posição do Brasil no MERCOSUL – Mercado Comum do Sul (ARBIX, 2000, p. 47). Supunha-se que, mais do que contribuir para o crescimento econômico e para a criação de novos empregos, a instalação de novas fábricas da indústria automobilística teria um importante papel na atração de novos investimentos e de novas tecnologias, o que seria significativo para que os concorrentes nacionais pudessem se “modernizar”.

Como resultado, dezesseis grandes empresas automobilísticas se instalaram no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, ao contrário da década de 1950, quando seus investimentos ficaram concentrados especialmente no estado de São Paulo, na década de 1990 as empresas automobilísticas promoveram uma relativa descentralização geográfica. Uma razão importante para isso foi, sem dúvida, “a guerra fiscal e de oferta deflagrada entre estados e municípios à procura de IDE (Investimentos Diretos Estrangeiros)” (ARBIX, 2000, p. 52). Argumentando principalmente que os investimentos da indústria automobilística tinham um potencial muito grande para a dinamização das economias regionais (transferência de tecnologias, integração de setores econômicos pertencentes à cadeia produtiva da indústria automobilística etc.), além da promoção de empregos, os governos subnacionais que entraram na disputa (especialmente dos estados do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e do Rio Grande do Sul) comprometeram-se com planos de incentivos que envolviam não somente investimentos em infraestrutura e isenções fiscais, mas, também, financiamentos em

dinheiro para que as empresas implantassem suas unidades de produção em seus respectivos territórios (ARBIX, 2000).

É importante destacar, portanto, que a reestruturação do capitalismo ocorrida nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo em que criou as condições históricas para que o capital pudesse adotar uma “conduta global”, impulsionou uma crescente “transnacionalização dos espaços econômicos”, o que significa dizer que os “espaços econômicos” (uma cidade, uma região, uma subnação, mesmo uma nação) ganharam importância enquanto “possibilidades alternativas” de valorização para o capital (BECKER, 2002, p. 72).

Isso não significa afirmar, evidentemente, que as regiões foram “integradas” à economia mundial, criando-se possibilidades para que forças sociais e políticas regionalmente localizadas possam, através da valorização dos recursos materiais e humanos existentes em seus respectivos territórios, autopromover o “desenvolvimento regional”. A mundialização do capital ocorrida a partir das últimas décadas do século XX não está comprometida com a integração de espaços econômicos, como muitas vezes a aceção “globalização da economia” parece indicar. A mundialização do capital tem se mostrado altamente seletiva e excludente, colocando-se como expressão do fortalecimento do poder de dominação do capital em escala mundial, o que lhe atribui possibilidades de escolher, com elevado grau de “liberdade”, quais os países e regiões são de seu interesse, podendo, inclusive, promover “desconexões forçadas”, ou seja, retirar do circuito dos investimentos mundiais não somente determinados países, mas, também, áreas continentais inteiras (CHESNAIS, 1996, p. 18).

Nesse sentido, a valorização da dimensão regional no contexto da mundialização do capital tem, também, uma funcionalidade política e ideológica para o capital. Os governos, tanto nacionais quanto subnacionais, recebem pressões dos dois lados: por um lado, o grande capital mundializado coloca como condição para a realização de investimentos a maior liberdade econômica possível, cobrando condições especiais para a sua valorização; por outro lado, o capital regionalmente localizado pressiona o Estado para que promova mudanças estruturais e desenvolva políticas de incentivo à “economia regional”, tornando essa mais competitiva no “mercado globalizado” (BASSO, 1996, p. 58).

Não se pode esquecer, ainda, que o grau de mobilidade alcançado pelo capital transformou-se num importante mecanismo político e ideológico de luta contra os trabalhadores. O domínio ampliado do espaço de que dispõe o capital transformou-se num dos meios de redefinição das relações entre capital e trabalho. Claro que, historicamente a mobilidade geográfica e a descentralização da produção foram utilizadas pelo capital “contra um poder sindical que se concentrava tradicionalmente nas fábricas de produção em massa” (HARVEY, 1993, p. 263). No entanto, com o processo de mundialização do capital ocorrido a partir das últimas décadas do século XX, essas possibilidades foram significativamente ampliadas, pois a fuga de capitais, os investimentos produtivos em determinadas regiões caracterizadas pela fraca ou nula organização política dos trabalhadores, a desindustrialização de regiões com tradição de lutas e de conquistas sociais e políticas pela classe trabalhadora, num contexto em que diferentes governos (tanto nacionais quanto subnacionais) passaram a promover disputas pelos investimentos mundiais existentes (produtivos e financeiros), transformaram-se em estratégias utilizadas principalmente pelo grande capital.

Note-se, porém, que no contexto de mundialização do capital, quando, principalmente os grandes grupos econômicos adquirem condições históricas favoráveis para “submeterem” os “espaços regionais” à lógica de valorização de seus investimentos, *os espaços regionais não ficam totalmente passivos*. Se a mundialização do capital atenta para as condições favoráveis que o “regional” pode lhe oferecer (“se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo”) (HARVEY, 1993, p. 266), os “espaços regionais”, também e muitas vezes, transformam-se em espaços de lutas, onde grupos, instituições sociais e políticas, classes sociais, governos, procuram articular-se para que “condições mais adequadas” de (diferentes formas de) *inserção* ou *de resistência* ao processo de mundialização do capital possam ser criadas.

São atores locais, regionais e internacionais; empresários, governos, entidades internacionais, sindicatos, consumidores, entidades não governamentais, etc., todos eles inseridos em complexas redes de conflito, competição e cooperação. Muitas dessas redes parecem estar baseadas em espaços territorialmente circunscritos no âmbito subnacional [...] cuja lógica de ação pode estar referida tanto ao plano nacional, como ao plano supranacional, e, desse modo, remontando-

se a grandes regiões ou mesmo tendo os circuitos da economia global mais ampla como sua referência. Na imensa maioria desses casos, os esforços de coordenação [...] geralmente desafiam fronteiras e limites político-administrativos, articulando novos e antigos atores ao redor de disputas estratégicas que constituem novas territorialidades [...] (GUIMARÃES, MARTIN, 2001, p. 16).

Evidentemente, essas “redes de articulação política” compreendem diferentes visões e diferentes estratégias de *inserção* ou de *resistência* dos espaços regionais no contexto da mundialização do capital, inclusive vinculadas às classes populares e de trabalhadores.

Algumas forças sociais e políticas regionalmente localizadas podem defender que o espaço regional deva ser articulado, dentro de uma dinâmica política democrática e horizontalizada e em torno de interesses regionais de reprodução da vida, numa perspectiva de “construção de uma inserção diferenciada e alternativa no processo global de desenvolvimento contemporâneo” (BECKER, 2002, p. 144). Dessas articulações políticas e sociais resultam experiências históricas que, em diferentes partes do mundo, mobilizam-se visando resistir à exclusão social, à precarização do trabalho, ao declínio das políticas públicas, à destruição ambiental e da biodiversidade, ao desemprego, à subordinação do desenvolvimento aos interesses do capital mundializado (SANTOS, 2002). Essas experiências históricas, analisadas a partir de uma perspectiva que Boaventura de Souza Santos chama de “hermenêutica das emergências”, não apenas resistem à hegemonia neoliberal, mas, também, protagonizam processos sociais com pretensão de afirmar modelos de desenvolvimento econômico e social contrapostos ao modelo neoliberal (SANTOS, 2002).

Por outro lado, dentro de uma lógica de inserção (ou adaptação) ao processo de mundialização do capital, o espaço regional pode ser articulado “de forma especializada, setorializada”, através da ação conjunta de governos, instituições universitárias e de pesquisa, empresas, entidades empresariais, mesmo instituições vinculadas direta ou indiretamente com setores populares e de trabalhadores, e como “resposta estratégica” (de um município, de uma região, de uma subnação) diante do ambiente competitivo e seletivo decorrente da mundialização do capital. Essas “respostas estratégicas”, muitas vezes expressam interesses econômicos, sociais e

políticos auto-afirmados, definidos a partir das possibilidades e dos desafios colocados pela mundialização do capital e visualizados pelos agentes econômicos e políticos regionalmente localizados, mas, também, expressam processos de articulação “verticalizada e hierarquizada” entre forças sociais, econômicas e políticas regionalmente localizadas e os “interesses econômicos-corporativos transnacionalizados da reprodução do capital” (BECKER, 1998, p. 19). De qualquer maneira, constituem ações coletivas expressivas de articulações em redes políticas e associativas, cujos sujeitos coletivos entendem que é necessário ter um projeto de “desenvolvimento regional” que, ao mesmo tempo, adapte a condição histórica regional aos padrões de competitividade impostos pela mundialização do capital e insira o espaço regional nas redes transnacionais de investimentos.

Porém, é importante enfatizar que muitas estratégias regionalmente localizadas *se constituem a partir de uma visão de inteira submissão ao processo de mundialização do capital*, decorrente da crença de que todo aumento no fluxo de transações e de informações dos “países em desenvolvimento” com as redes internacionais do capital mundializado (principalmente do setor produtivo) impulsiona processos de reestruturação produtiva e de aumento da competitividade que resultam em maior eficiência do parque produtivo local, com elevação generalizada dos índices de produtividade do trabalho (ARBIX, 2001, p. 271). Nessa perspectiva, “as comunidades regionais”,

[...] não veem outra alternativa a não ser aceitar a lógica do desenvolvimento contemporâneo. Por isso, reagem sendo submissos à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades que são oferecidas. É a tal da dependência submissa. Nessa forma de reação, a única possibilidade de se desenvolver uma determinada região é servir aos interesses dos conglomerados, transnacionalizados, concedendo-lhes todas as facilidades. Em alguns casos, doando fábricas inteiras. É a velha e atrasada fórmula de se fazer o desenvolvimento, concentrando investimentos e renda e, assim, gerando todo o tipo de desequilíbrios regionais e desigualdades sociais (BECKER, 2002, p. 133).

Essa concepção de “desenvolvimento regional”, em muitas regiões do mundo, como é o caso brasileiro, tornou-se muito evidente a partir da década de 1990, com a crise do Estado desenvolvimentista e as experiências de governos neoliberais que se seguiram e que comprometeram ainda mais a capacidade estruturante do Estado

nacional. Ressalte-se, nesse sentido, que a partir da década de 1990 (e, em especial durante aquela década) os governos brasileiros passaram a dar maior importância às forças do mercado, através de políticas de abertura comercial e de desregulamentação econômica, ao mesmo tempo em que se observa uma tendência de afirmação de políticas de “reestruturação do Estado”, através de concessões de serviços públicos à iniciativa privada e privatizações de empresas estatais, reformas administrativas objetivando reduzir o tamanho da máquina estatal, maior controle dos gastos públicos visando diminuir o déficit público.

Assim, na medida em que o Estado nacional redefine suas funções, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento das regiões que compõem o seu território, as esferas estaduais e municipais são mais responsabilizadas pelos problemas sociais e econômicos existentes e, mesmo, pelo desenvolvimento de seus respectivos territórios.

Não se deve esquecer, ainda, que mesmo organismos internacionais importantes no processo de mundialização do capital, tais como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, (a partir dos anos 1990) passaram a apoiar e a incentivar uma maior atribuição de funções às esferas subnacionais. Nessa direção, desde a década de 1990, argumentando que o fracasso de políticas de desenvolvimento está ligado à falta de participação dos “segmentos da comunidade” (setores que são direta ou indiretamente afetados por programas ou projetos de desenvolvimento), essas instituições internacionais recomendam (a apóiam ações nessa direção) que a iniciativa privada, a “sociedade civil” e o Estado, especialmente nas suas esferas locais, regionais, subnacionais, coloquem-se como parceiros ativos na formulação e execução de projetos de desenvolvimento (BANDEIRA, 2002).

Num quadro histórico de comprometimento do Estado nacional no que diz respeito à definição de políticas de desenvolvimento e de integração econômicas das diferentes regiões do País, e num contexto de crescente abertura econômica e de inserção no processo de mundialização do capital, os governos subnacionais são pressionados pelas burguesias de seus respectivos territórios para a definição de “estratégias competitivas de inserção econômica”, visando criar condições mais favoráveis tanto para o capital já “localmente localizado” quanto para o capital

internacionalizado que acena com investimentos nos territórios locais, regionais, subnacionais.

E, assim, os “espaços subnacionais” ganham importância enquanto espaços de lutas, em especial para as forças representativas do capital (regional, subnacional, nacional e internacional), muitas vezes em confronto com forças sociais e políticas antagônicas à inserção subordinada dos espaços subnacionais à lógica da mundialização do capital. A política, nesse sentido, torna-se uma dimensão fundamental de mediação entre a esfera subnacional e a mundialização do capital. E, nesse sentido, ainda que a mundialização do capital se coloque como uma complexa rede de determinações, a dinâmica de ação/reação dos espaços regionais em relação a essas determinações passa a ser impressa, de forma significativa, a partir da capacidade política das classes sociais com interesses localizados nos espaços subnacionais.

### **3. As mobilizações políticas da FIERGS contra ao salário mínimo regional durante o governo de Yeda Crusius.**

O salário mínimo foi criado no Brasil ainda no final da década de 1930 (por intermédio da Lei 185/36 e do Decreto-Lei 399/38), tendo seus primeiros valores fixados pelo Decreto-Lei 2.162, de 1º de maio de 1940 e, já naquela época, fixado em quatorze valores diferentes, de acordo com uma divisão territorial do País em regiões e sub-regiões (KÜMMEL, 2013). Somente em maio de 1984, portanto durante a vigência do governo autoritário-militar (1964 – 1985), o salário mínimo foi unificado nacionalmente, sendo reafirmada essa unificação pela Constituição de 1988 que, em seu artigo 7º, definiu o salário mínimo com as seguintes características: - devido a todo trabalhador; - fixado em lei; - nacionalmente fixado; - reajustado periodicamente; - vedado sua vinculação para qualquer fim (KÜMMEL, 2013).

Porém, a partir do ano de 2000, após a edição da Lei Complementar nº 103, regulamentando o artigo 7º da Constituição, foi criado o Piso Salarial Estadual, permitindo que os estados da Federação passassem a instituir os valores mínimos dos salários em seus territórios, através de lei de iniciativa do poder executivo estadual. A

partir de então, alguns estados instituíram o Salário Mínimo Estadual, entre os quais o Rio Grande do Sul, cuja primeira lei foi aprovada em 2001 (KÜMMEL, 2013).

As principais entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul (FIERGS, FEDERASUL, FARSUL, FECOMERCIO) sempre se posicionaram contrárias à instituição do salário mínimo estadual. E, desde sempre, o argumento defendido foi o mesmo: além de ser uma intervenção indevida do Estado nas relações de trabalho, a instituição de um salário mínimo estadual comprometeria a “competitividade da economia gaúcha” diante de outros estados da federação.

Nessa direção, tomando-se como referência o período entre 2007 e 2010, período em que Yeda Crusius foi Governadora no Rio Grande do Sul, ainda em 2007 a diretoria da FIERGS encaminhou correspondência à Governadora, manifestando seu apoio ao fim do salário mínimo estadual. Na correspondência, as lideranças da burguesia industrial destacavam que “a base salarial do trabalhador brasileiro” deveria ser definida a partir do Salário Mínimo Nacional, e que os “proventos das diversas categorias econômicas” deveriam ser analisados “nos foros legitimamente reconhecidos, ou seja, nas negociações coletivas realizadas, entre sindicatos patronais e de trabalhadores”, pois, nesses foros, afirmava a correspondência, “são debatidas com profundidade e conhecimento as dificuldades ou vantagens setoriais passadas, presentes e futuras, tanto aos empregadores quanto aos empregados” (FIERGS, 2007). No mesmo período, a FIERGS encaminhou, também, correspondência a todos os deputados estaduais, onde afirmava:

A FIERGS é contrária à instituição do Salário Mínimo Regional. Este ponto de vista é sustentado pelos aspectos estruturais da economia, que não permitem um ambiente competitivo e saudável para as empresas. O primeiro impacto direto da manutenção da prática do salário mínimo regional é a diminuição da competitividade dos empreendimentos gaúchos em relação àqueles localizados em outros Estados do Brasil (FIERGS, 2007).

Essas manifestações são ilustrativas de uma prática coletiva que se observou ao longo dos quatro anos do governo Yeda Crusius: toda a vez que o executivo estadual acenava com o envio de uma proposta de reajuste do salário mínimo estadual para a Assembleia Legislativa, a FIERGS iniciava uma mobilização visando interferir tanto nas decisões do Executivo quanto do Legislativo. Mesmo em momentos em que a economia gaúcha apresentou um maior crescimento naquele período, como

ocorreu em 2008, a entidade firmou posição contrária ao salário mínimo estadual, não concordando com os índices de reajuste propostos pelo Executivo Estadual.

Nessa direção, em 2008, durante o período de discussão da matéria na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, as lideranças da burguesia industrial insistiram sobre a inadequação da instituição do salário estadual no estado gaúcho, não raras vezes situando a discussão dentro do debate maior acerca das relações trabalhistas no País.

Os avanços nas relações do trabalho no Brasil vêm sendo fustigados por propostas que tumultuam e atrasam essa trajetória evolutiva. As pressões atuais incluem: a adesão à Convenção 158 da OIT que extingue as dispensas imotivadas; a redução da jornada de trabalho, defendida pelas Centrais Sindicais; a intenção de estatizar a assistência aos trabalhadores prestada pelo 'Sistema S'; e no plano estadual a reedição do salário mínimo regional.

Intenções desse tipo sempre surgem sob o duvidoso objetivo de proteger os trabalhadores. Na prática, atrasam uma verdadeira Reforma Trabalhista. E geralmente terminam em mais custos para os empregadores, desestimulando a abertura de empresas, de vagas, e pressionando para baixo os salários diretos pagos aos empregados. Portanto, precisamos imediatamente de um choque de realismo nas relações de trabalho no Brasil, a fim de desenhar o caminho de longo prazo para a evolução social dos colaboradores em plena harmonia com o estímulo aos empreendedores e ao empreendedorismo (TIGRE, 2008).

Na mesma direção, em 2009, a partir de maio as lideranças da burguesia industrial manifestaram-se insistentemente contra a reedição do salário mínimo estadual. Naquele mês, por exemplo, a própria FIERGS encaminhou um posicionamento aos deputados estaduais “alertando para a responsabilidade do voto de cada parlamentar ao apreciar o projeto do piso salarial regional, encaminhado pelo executivo à Assembleia Legislativa” e que previa um reajuste tomando como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Na ocasião, o industrial César Rangel Codorniz, coordenador do Conselho de Relações de Trabalho e Previdência Social da FIERGS, afirmou:

A questão que ponderamos nos deputados é o dilema de preservar os empregos para os gaúchos ou de aumentar o piso correndo o risco de demissões e de perda de competição dos produtos aqui fabricados (FIERGS, 2009a).

No mesmo mês, o próprio presidente da FIERGS utilizou-se do editorial do semanário da entidade (Semana) para manifestar-se em relação ao tema:

O piso regional, que tramita na Assembleia Legislativa tem várias incoerências. Uma delas é o fato de que apenas quatro Estados adotam essa medida no País: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e, logicamente, o Rio Grande do Sul [...]. Outra incoerência: o piso regional não vale para os funcionários públicos [...]. A indústria brasileira já fechou 499 mil postos de trabalho desde setembro de 2008. Isto nos coloca diante de uma questão de muito significado neste momento crítico, qual a opção correta, votar pelo aumento salarial ou priorizar a manutenção dos empregos? (TIGRE, 2009e).

Em junho de 2009, as manifestações das lideranças da burguesia industrial se objetivaram numa mobilização política, reunindo dirigentes da FIERGS, juntamente com dirigentes de outras entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul. Naquele mês, por exemplo, o presidente da FIERGS liderou uma comitiva que foi até a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para pressionar os deputados, justamente na semana em que a proposta do executivo sobre o salário mínimo regional seria votada. A proposta da governadora foi aprovada, em que pese as pressões contrárias da burguesia, e o presidente da FIERGS lamentou:

Isso significa menos investimentos e oportunidades de empregos. É momento de realidade, pé no chão, de trabalho, de soluções inovadoras e de priorizar o nível de empregabilidade, é isto que interessa para toda a sociedade (FIERGS, 2009b).

Para fins de um maior detalhamento da articulação coletiva da burguesia industrial em torno da temática “Salário Mínimo Estadual” durante o período analisado, cabe ater-se à movimentação política que ocorreu no Rio Grande do Sul em 2010, desde a data em que o Executivo Estadual encaminhou para o Legislativo Estadual uma proposta de reajuste do salário mínimo estadual, no dia 18 de maio, até a aprovação daquela proposta pela Assembleia Legislativa, que ocorreu no dia 23 de junho daquele mesmo ano.

Em 2010, desde que governadora Yeda Crusius encaminhou a proposta para a Assembleia, prevendo um reajuste de 6,9% no salário mínimo estadual, diferentes propostas de reajustes colocaram representantes dos trabalhadores e dos empresários em posições diferentes no debate. Enquanto os trabalhadores, através das Centrais Sindicais, em especial a CUT (Central Única dos Trabalhadores), defendiam um reajuste de 14%, as principais entidades representativas dos interesses

da burguesia no Rio Grande do Sul (entre as quais FIERGS) defendiam um reajuste de 3,54% (JORNAL DO COMÉRCIO, 08 jun. 2010).

Tanto os trabalhadores quanto os empresários iniciaram, então, uma mobilização, em especial junto aos deputados estaduais que, afinal, decidiriam pela aceitação da proposta do Executivo Estadual ou, então, em favor da apresentação de uma Emenda ao projeto do Executivo, propondo outro índice de reajuste.

No caso dos trabalhadores, ainda no começo de junho foi criada uma *Frente Parlamentar em Defesa do Salário Mínimo Estadual*. Formada por deputados de oposição ao governo Yeda Crusius, a Frente foi liderada pelo deputado do PSB (Partido Socialista Brasileiro), Heitor Schuch, que também foi o autor de uma emenda ao projeto do Executivo Estadual, que propôs um reajuste de 9,68%, em substituição aos 6,9% propostos inicialmente pelo governo Yeda (JORNAL DO COMÉRCIO, 18, 19 e 20 jun. 2010). Observe-se, nesse sentido, que ainda no começo de junho as entidades representantes dos trabalhadores aceitaram uma diminuição do reajuste inicialmente defendido (14%), aderindo à proposta de reajuste da Frente Parlamentar integrada pelos deputados de oposição na Assembleia Legislativa. As Centrais Sindicais persistiram em suas mobilizações e, inclusive, ocuparam as galerias da Assembleia, no dia da votação do projeto, visando garantir a aprovação do reajuste de 9,68% ao salário mínimo regional: “vamos estar mobilizados no Parlamento para não permitir a queda do piso regional”, afirmou o então presidente da CUT no Rio Grande do Sul, Celso Woyciechowski, num dia anterior à votação (JORNAL DO COMÉRCIO, 23 jun. 2010).

No caso das entidades representativas dos interesses da burguesia, não há registro no período de formação de uma frente parlamentar na Assembleia Legislativa vinculada aos seus interesses. Mas há registro, no entanto, que também a burguesia cedeu em sua proposta inicial e ainda no início do mês de junho passou a aceitar o índice de reajuste proposto pelo Executivo Estadual, ou seja, os 6,9% (JORNAL DO COMÉRCIO, 23 jun. 2010). A mobilização da burguesia na Assembleia Legislativa, porém, teve início ainda antes do envio, pela Governadora Yeda, da proposta de reajuste ao Legislativo. No final de abril, nesse sentido, representantes da FECOMÉRCIO, FEDERASUL, FARSUL, FCDL/RS, FIERGS, acompanhados por consultores econômicos das entidades, estiveram na Assembleia Legislativa, onde se

encontraram com o então presidente da Assembleia, deputado Giovani Cherini (PDT – Partido Democrático Trabalhista), para apresentarem seus argumentos contrários ao Salário Mínimo Estadual (FIERGS, 2010a).

No caso da FIERGS, suas manifestações no período enfatizavam a importância de se manter um ambiente competitivo para a economia gaúcha. Através dos editoriais do semanário “Semana”, por exemplo, o presidente da entidade deixava claras as posições contrárias a regras e leis que pudessem majorar os custos do trabalho:

Neste mês de maio há uma concentração de Dissídios Coletivos para os Sindicatos da Indústria. A FIERGS, através de seu Conselho de Relações de Trabalho, tem promovido a interlocução constante visando mostrar a realidade da economia do Rio Grande do Sul, recém saindo da crise internacional.

Precisamos preservar a competitividade dos produtos aqui fabricados, juntamente com a geração de empregos. O que atrapalha a evolução nesse rumo são as solicitações exorbitantes que configuram uma antiquada inclinação ao ‘paternalismo laboral’.

Esse é um dos pontos decisivos, pois a relação entre o grau de proteção ao emprego e a produtividade, a partir dos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que quanto maior essa proteção, menor é a produtividade de um país (TIGRE, 2010b).

Quando, no dia 18 de maio de 2010, a governadora Yeda Crusius enviou a proposta de reajuste do salário mínimo estadual para a Assembleia Legislativa, novamente o presidente da FIERGS registrou, através do editorial da Semana:

O regionalismo salarial do Rio Grande do Sul, que insiste em um ‘piso mínimo’ ao contrário da maioria dos Estados brasileiros, compromete a competitividade da nossa economia. Além disso, se constitui em um paradoxo ao buscar abranger as categorias organizadas, ou seja, aquelas que já negociam seus acordos coletivos através dos Sindicatos de empregadores e de empregados.

[...].

Temos a expectativa de que a Assembleia Legislativa – onde tramita a proposta do Executivo – analise a matéria com isenção e bom senso (TIGRE, 2010c).

A mobilização da FIERGS, juntamente com outras entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul, teve continuidade durante o mês de junho e, em todas as ocasiões em que suas lideranças estabeleciam contatos com os parlamentares, insistiam no equívoco da proposta que previa reajuste no salário mínimo estadual: “já foi um erro o governo estadual enviar esta proposta de aumento.

Somos contra o instituto do Piso Regional, e a proposta está acima do INPC dos últimos 12 meses, que é de 5,2%” (FIERGS, 2010b).

Em especial a partir do mês de julho, quando a data de votação da proposta de reajuste se aproximava, as discussões na Assembleia sobre o tema passaram a ser mais intensamente acompanhadas pelas entidades representativas dos interesses, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários gaúchos. E, evidentemente, nessas ocasiões os antagonismos de interesses ficavam evidenciados, não sendo raras as provocações e as tentativas recíprocas de desqualificação política.

Aqui no estado a CUT defende um reajuste de 14% para o salário mínimo regional e, em nível nacional, negocia acordo com o governo concedendo o reajuste de 6,14% para os aposentados que recebem acima de um salário mínimo (Alberto Matte, presidente do Sindicato das Indústrias da Marcenaria do Rio Grande do Sul, criticando o que considerava “contradição da CUT”. In: JORNAL DO COMÉRCIO, 24 jun. 2010, p. 24).

Alguns deputados pensarão na reeleição, outros pensarão na coisa certa (vice-presidente da FECOMÉRCIO-RS, Renato Turk Faria. In: JORNAL DO COMÉRCIO, 24 jun. 2010, p. 24).

Eles financiam as eleições, ninguém vai querer se indispor. Quem é que briga com o pai às vésperas de receber a mesada? (Dirigente sindical, representando os trabalhadores na discussão sobre o salário mínimo estadual. In: JORNAL DO COMÉRCIO, 24 jun. 2010, p. 24).

Enfim, após dois meses de negociações envolvendo representações de trabalhadores e de empresários, a Assembleia Legislativa aprovou, no dia 23 de junho de 2010, por 23 votos contra 17, um reajuste de 6,9% para o salário mínimo regional, o mesmo índice proposto pelo executivo estadual, em 18 de maio. Após a aprovação do reajuste de 6,9%, tal como, inclusive, as entidades representativas da burguesia passaram a defender no período que antecedeu a decisão da Assembleia, o presidente da FIERGS manifestou-se sobre a aprovação em editorial do “Semana”:

Mais uma vez a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou o reajuste do denominado Salário Mínimo Regional acima do INPC do período. Continuaremos, assim, com esse fator negativo a comprometer a competitividade da economia gaúcha.

[...].

A mobilização dos Sindicatos industriais, das entidades de todo o interior do Estado, das entidades setoriais e dos diretores da FIERGS e do CIERGS individualmente, foi fundamental para evitar um prejuízo ainda maior.

Agora, nos preparamos para novos embates, no sentido de extinguir o piso regional [...] (TIGRE, 2010d).

A manifestação do presidente da FIERGS ilustra a contrariedade da burguesia industrial em relação à permanência do salário mínimo estadual, desde o início combatido não somente pela FIERGS, mas, também, por outras entidades representativas dos interesses da burguesia no Rio Grande Sul. Por outro lado, a manifestação do presidente da FIERGS destaca a importância da mobilização política dos sindicatos industriais, das entidades de “todo o interior do Estado”, “das entidades setoriais”, dos diretores da entidade, sem a qual não seria possível “evitar um prejuízo ainda maior”. Nesse sentido, é uma manifestação expressiva de uma vitória alcançada pela burguesia no Parlamento gaúcho na discussão ocorrida em 2010 em torno do índice de reajuste do salário mínimo estadual. É verdade, como foi destacado anteriormente, que no início das discussões as diferentes entidades representativas da burguesia gaúcha defendiam um índice menor daquele que foi finalmente aprovado; mas logo perceberam que o índice encaminhado pela governadora Yeda, se aprovado, “evitaria prejuízo ainda maior”, face às demandas e às mobilizações das entidades representativas dos trabalhadores no Estado. Foi a partir dessa percepção que as lideranças da burguesia mobilizaram-se e pressionaram os deputados estaduais, alcançando, na votação final, uma maioria de 23 votos.

Os embates políticos travados pela burguesia industrial em 2010 visando definir um índice de reajuste para o salário mínimo estadual são ilustrativos de diferentes questões vinculadas ao seu processo de formação de classe. Em primeiro lugar, expressam seus posicionamentos políticos à época em relação às questões trabalhistas, desde sempre sustentados na ideia de que a “modernização das relações trabalhistas” no País implica, necessariamente, maior flexibilidade nas leis de proteção ao trabalho, menor intervenção pública e maior liberdade para que trabalhadores e empregadores definam essas relações. Em segundo lugar, expressam a capacidade política da burguesia industrial no sentido da promoção de uma mobilização intraclasse; como afirmou o presidente da FIERGS, na citação anterior, o “prejuízo não somente foi maior” por que entidades do interior, representações setoriais e diretores da entidade se mobilizaram e conseguiram construir uma maioria favorável na Assembleia Legislativa. Em terceiro lugar, ilustra a disposição das diferentes frações da burguesia no Rio Grande do Sul no sentido de articular ações conjuntas, mantendo uma identidade política, em especial naqueles momentos de intensificação das lutas

de classes. Em quarto lugar, as mobilizações da burguesia industrial são ilustrativas das práticas políticas que essa fração da burguesia no Rio Grande do Sul é capaz de articular junto às instâncias governamentais, tanto do executivo quanto do legislativo; as lideranças da FIERGS, ao longo das discussões sobre o salário mínimo estadual, alcançaram tanto a governadora do Estado e sua equipe de governo quanto os deputados estaduais, podendo com essas diferentes instâncias apresentar suas propostas, pressionar em favor delas, articular ações visando os momentos de decisão. Por fim, as mobilizações políticas contrárias ao Salário Mínimo Regional apontam para a direção da agenda de desenvolvimento que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul, principalmente a partir da década de 1990, defende para o estado gaúcho: uma agenda de desenvolvimento que pressupõe uma associação subordinada do Estado subnacional à lógica de valorização do capital.

#### **4. Considerações Finais:**

Como foi indicado no início deste artigo, o registro das mobilizações políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação à instituição do Salário Mínimo Estadual permite uma análise de duas questões importantes e vinculadas à atuação política desse segmento estadual da burguesia industrial no Brasil: sua capacidade de atuação enquanto força social e coletivamente organizada e seus posicionamentos em relação ao desenvolvimento subnacional.

Quanto à primeira questão, a análise das mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em torno de questões relacionadas à legislação trabalhista no País serve de “pano de fundo” para uma reflexão acerca da capacidade que algumas “instituições tradicionais” de representação dos interesses da indústria no Brasil (em especial, as federações estaduais e a própria CNI) demonstram ter ao se colocarem como “elite orgânica” da burguesia industrial, constituindo-se como agentes coletivos com capacidade de “visualizar objetivos globais” (e capazes de aglutinar os interesses dos diferentes setores e segmentos que compõem a estrutura industrial no País) e de “operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas” (DREIFUSS, 1986, p. 23).

Evidentemente, a atuação política da burguesia industrial enquanto força social e coletivamente organizada não deve ser tomada como um dado. Antes, pelo contrário, sua capacidade de atuação classista precisa ser tomada como problema, como um processo a ser investigado. Uma classe não existe como uma entidade abstrata, com consciência e capacidade de atuação mecanicamente definidas a partir da posição que indivíduos e grupos ocupam no conjunto das relações sociais de produção numa determinada sociedade. É preciso, nesse sentido, desvendar as condições a partir das quais indivíduos e grupos compartilham interesses, formam uma consciência coletiva em torno desses interesses, atuam como força social e coletivamente organizada.

Contudo, as mobilizações políticas da burguesia industrial no que concerne às relações de trabalho, lideradas por suas instituições de representação sindical, permitem perceber a importância que essas instituições têm na articulação classista dessa fração da burguesia no Brasil. A FIERGS, na conjuntura analisada, atuou como “agente coletivo”, espaço-tempo de atuação das elites orgânicas da burguesia industrial, visualizando objetivos estratégicos e táticos, intervindo no interior da classe, construindo hegemonias em torno de uma agenda política, regulando relações divergentes; mas, também, operacionalizando os objetivos de classe e viabilizando a inserção política e ideológica da classe, com o interesse de tornar seus projetos particulares classistas em demandas gerais, “sociais”, de governo, da “Nação”.

Em relação à segunda questão, é importante destacar que já a partir da década de 1990, ficou cada vez mais claro para as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul que, diante da mundialização do capital, mas, também, da reorientação neoliberal do Estado brasileiro, havia a necessidade de uma intervenção política mais incisiva na esfera subnacional, objetivando criar condições mais favoráveis à dinâmica do capital já localizado no território estadual e, principalmente, visando atrair novos investimentos produtivos, diversificando a estrutura industrial e fomentando uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico no território gaúcho. As discussões em torno do salário mínimo regional e, em especial, a contrariedade das lideranças da burguesia industrial em relação ao Salário Mínimo Regional vinculavam-se, nesse sentido, ao interesse de tornar o espaço sul-rio-grandense mais competitivo tanto para o capital regionalmente localizado quanto para a atração do capital mundializado.

## Referências:

ARBIX, Glauco. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (orgs.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: SENAC, 2001, pp.267-286.

\_\_\_\_\_. Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 43-67, 2000.

AUTOR. *A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo no Brasil durante os anos 1990*. Florianópolis: UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2009 (Tese de Doutorado em Sociologia Política).

\_\_\_\_\_. *Burguesia industrial no Rio Grande do Sul e o governo LULA: os posicionamentos políticos da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) em relação ao primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002 a 2006)*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2012. (Relatório de Pesquisa).

BANDEIRA, Pedro S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F; BANDEIRA, Pedro S (orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 23-128. (Desenvolvimento local-regional, vol. 1).

BASSO, Luís. Neoliberalismo, empresa moderna e organização espacial. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 57-59, jul. 1996.

BECKER, Dinizar F. *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNIS, 1998.

\_\_\_\_\_. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: BECKER, Dinizar F; BANDEIRA, Pedro S (orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 129-147. (Desenvolvimento local-regional, vol. 1).

CAMPOLINA DINIZ, Clélio. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. In: SZMRECSANYI T.; COELHO, F. S. (orgs.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 81-95.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais? [online]. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.03.Empres%C3%A1riosEliDinizBresserPereira.9Outubro07.pdf> [Acesso em: 25 jan. 2014].

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

GROS, Denise B. *Burguesia industrial gaúcha e o Estado nacional - 1964 - 1978*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1987.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (orgs.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora do SENAC, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

KÜMMEL, Marcelo B. *Piso salarial estadual: constitucionalidade e obrigatoriedade*. Disponível em: [www.ambitojuridico.com.br](http://www.ambitojuridico.com.br). Acesso em: 28 nov. 2013.

MANCUSO, Wagner P., OLIVEIRA, Amâncio J. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova*, São Paulo, v. 69, p. 147-172, 2006.

MÍNIMO regional: reajuste pode ser apreciado hoje pela Assembleia. *Jornal do Comércio*, 08 de junho de 2010, p. 22. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/>. Acesso em: 25 set. 2014.

MÍNIMO regional: deputados estaduais votam hoje aumento do piso estadual. *Jornal do Comércio*, 23 de junho de 2010, p. 22. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/>. Acesso em: 25 set. 2014.

MÍNIMO regional: deputados reajustam o piso no Estado em 6,9%. *Jornal do Comércio*, 24 de junho de 2010, p. 24. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/>. Acesso em: 25 set. 2014.

PISO regional: Paim adere à frente parlamentar em defesa do mínimo estadual. *Jornal do Comércio*, 18, 19 e 20 de junho de 2010, p. 04. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/>. Acesso em: 25 set. 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SISTEMA FIERGS. FIERGS manifesta apoio ao fim do salário mínimo regional. *Semana*, 22 jun. 2007, n. 25, ano XII. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 25 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Indústria e bancada federal debatem jornada de trabalho. *Semana*, 14 ago. 2009a, n. 32, ano XIV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 26 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Indústria debate jornada de trabalho em Brasília. *Semana*, 21 ago. 2009b, n. 33, ano XIV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 26 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Industriais se mobilizam contra a votação da jornada de trabalho. *Semana*, 26 fev. 2010a, n. 08, ano XV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 03 nov. 2014.

SISTEMA FIERGS. Indústria gaúcha mostra a parlamentares prejuízos com redução da jornada de trabalho. *Semana*, 19 mar. 2010b, n. 11, ano XV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 03 nov. 2014.

TIGRE, Paulo Fernandes. A questão da competitividade. Sistema FIERGS, *Semana*, 28 ago. 2009d, ano XIV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 26 out. 2014.

\_\_\_\_\_. A reforma trabalhista. Sistema FIERGS, *Semana*, 23 nov. 2007, n. 47, ano XII. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 14 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. A redução do emprego. Sistema FIERGS, *Semana*, 14 ago. 2009b, n. 32, ano XIV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 16 nov. 2014.



- \_\_\_\_\_. Jornada do desemprego. Sistema FIERGS, *Semana*, 10 jul. 2009a, n. 27, ano XIV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 16 nov. 2014.
- \_\_\_\_\_. Mobilização consciente. Sistema FIERGS, *Semana*, 12 mar. 2010a, n. 10, ano XV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 18 nov. 2014.
- \_\_\_\_\_. Prejuízo estadual. Sistema FIERGS, *Semana*, 23 jun. 2010d, n. 25, ano XV. In: [www.fiergs.org.br](http://www.fiergs.org.br). Acesso em: 18 nov. 2014.